



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Ata 26/2024 CFOTC

Aos 26 de junho de 2024, às 15h40min, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Ubá (CFOT), presidida pelo Vereador Gilson Fazolla Filgueiras, reuniu-se no Plenário Legislativo Ubaense, atendendo às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para realizar a Audiência Pública para a apresentação do Projeto de Lei nº 28/2024, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município de Ubá para o exercício de 2025 e dá outras providências (LDO)”, que se encontra em tramitação nesta Casa de Leis.

Além dos membros da comissão, Vereadores José Carlos Reis Pereira e José Maria Fernandes, participaram o Presidente da Câmara Municipal de Ubá, Vereador José Roberto Reis Filgueiras e Vereador Edeir Pacheco da Costa.

Representando o Poder Executivo compareceram Cícero Matheus de Oliveira, o Secretário Municipal de Finanças, Vicente de Paula Pinto, Secretário Municipal de Agricultura Ambiente e Mobilidade Urbana, Flávio Monteze, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Ana Carolina Fernandes, Secretária Municipal de Governo, Maria da Glória Soares, representante da Secretaria Municipal de Educação, Ricardo Antônio do Nascimento, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável e de Saúde, Renato de Castro Moreira, representante da Secretaria Municipal de Saúde, Marcelo Corrêa Paiva, Controlador Geral e Auditor Interno do município, Kléber de Almeida Peppe, Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária e João Gomes Júnior, Secretário Municipal de Obras.

A Vereadora Aline Moreira Silva Melo justificou sua ausência.

O Presidente da comissão, vereador Gilson Fazolla Filgueiras, iniciou os trabalhos explanando sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO apresenta as metas e as prioridades para o próximo exercício financeiro e serve de base para a



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

elaboração da proposta orçamentária para o próximo ano, que o Poder Executivo submeterá ao Legislativo no segundo semestre. Esta audiência está sendo transmitida pelas redes sociais da CMU. Em seguida, foi passada a palavra à equipe do Executivo.

O Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária, Kléber Peppe, esclareceu que apresentará o comparativo de dados realizados em anos anteriores com o próximo ano. A apresentação do detalhamento de receitas e despesas para o ano de 2025 será discutida na Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.

Explicou de forma sucinta e objetiva os pilares da LDO, que são orientar e priorizar as políticas públicas e o programa de governo e procedeu fazendo a leitura, através de slides, dos anexos e demonstrativos da LDO, conforme anexado nesta ata.

Em relação aos Riscos Fiscais e Providências, a estimativa de Passivos Contingentes relativa a execuções judiciais é de R\$ 3 milhões.

No que se refere às Metas Anuais para os anos de 2026/2027 foi aplicada a correção da inflação para o período, conforme informada pela Fundação João Pinheiro.

Quanto à Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, Kléber explicou que o valor negativo resultante da variação (II-I) da última coluna da tabela corresponde ao valor previsto da receita não concretizado, e ao mesmo tempo as despesas previstas no mesmo montante não foram comprometidas. Ou seja, não significa que o sinal (-) refere-se a saldo negativo.

Segundo Kléber, a Fundação João Pinheiro publicou, em maio/2024, o valor de R\$ 857.593.000 (oitocentos e cinquenta e sete bilhões, quinhentos e noventa e três milhões de reais) realizado do PIB Nominal de 2023 e o previsto foi de R\$ 1.028.000.000.000,00 (um trilhão e vinte e oito bilhões de reais).

Em relação à análise baseada nos dados consolidados, considera-se: a Receita Total efetivamente arrecadada em 2023 foi de R\$ 434.371.291,85, o que equivale a 94,32% da Receita Total prevista, estimada no valor de R\$ 460.947.977,39 e a Despesa Total efetivamente realizada em 2023 foi de R\$ 378.104.762,76, o que equivale a 82,03% da Despesa Total prevista, estimada em R\$ 460.947.977,39.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O Resultado Primário de 2023 apresentou um cômputo negativo de (-) R\$ 40.571.129, 94, considerando os restos a pagar inscritos no final de 2023.

Quanto à Memória de Cálculo. A estimativa da receita, considerando o momento econômico, é projetada um crescimento de correção inflacionária e/ou inscrição de novas receitas, respectivamente, para os anos de 2025, 2026 e 2027. A previsão de despesa, considerando o comportamento da execução orçamentária em 2023, aplica-se a correção de acordo com as variações do mercado (momento econômico), para os exercícios seguintes. O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), relativas às normas da contabilidade pública.

Já o Resultado Nominal, baseado em dados consolidados do Município, em 2023, apresentou uma diminuição da dívida fiscal líquida, com um cômputo de (-) R\$7.721.094,82, enquanto na LDO, do mesmo exercício, foi previsto o valor de (-) R\$11.428.975,99. O valor é negativo porque subtrai-se do valor da dívida, a disponibilidade de caixa, que sempre é maior que as dívidas. Desta forma, o Resultado Nominal é favorável, tendo em vista que o valor de disponibilidade de caixa supera o valor de dívidas. Portanto, para LDO/2025 não há Riscos Fiscais para o Município.

Posteriormente, o Controlador, Marcelo, fez a leitura das Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores e demonstrou que a projeção para 2025 em preços correntes (levando em conta a inflação) é de 9,64%.

Em seguida, apresentou o anexo da Receita Estimada e das Despesas para 2025.

A respeito da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, neste momento pra a LDO 2025 não há estimativa de renúncia de receita, conforme declaração encaminhada com o presente Projeto de Lei.

Procedeu explanando sobre a Evolução Patrimônio Líquido, a Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativo e as Receitas, Despesas Previdenciárias e Projeção Atuarial do RPPS.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O presidente da comissão registrou a presença do público presente: Renato de Castro, servidor da Saúde, Vinícius Magalhães Gravina, Gerente de Divisão de Instrumentos de Gestão da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, Juliana Santos de Andrade, Secretaria Municipal de Planejamento, Eliane Ferreira de Souza, Supervisora de Projetos da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, a senhora Juciléia, moradora do Centro da cidade, Ademar da Rocha, representante do Conselho Municipal de Saúde, Geisa e Fernanda, representantes do Grupo Andorinhas, Maria Margarida, funcionária do Hospital Santa Isabel e João Paulo Ceribeli, Gerente da Divisão de Convênios da Secretaria Municipal de Governo.

O Vereador Gilson questionou o aumento da estimativa de receitas para os anos 2025/2026 no projeto da LDO 2025 em relação à LDO 2024 e Kléber afirmou que se deve à implantação da Gestão Plena Municipal em janeiro deste ano.

O Vereador Gilson quis saber sobre o valor de R\$ 3 milhões de contingentes passivos para o próximo ano e Kléber explicou que são os determinados por ordens judiciais, cuja maioria é da área da saúde.

Segundo Ricardo, devido à alta demanda de ordem judicial o município pretende trabalhar com a lista de medicamentos disponibilizados pela rede SUS. Isso reduzirá o impacto financeiro e terá mais recursos próprios no caixa da prefeitura. Inclusive, a comissão técnica de fármacos será publicada nos próximos trinta dias.

O Vereador Gilson quis saber sobre a Gestão e Inovação Administrativa, elencada no anexo de Despesa Estimada para 2025. Kléber disse que é um programa voltado para a área da Educação, cujas ações foram estabelecidas no PPA 2022-2025.

Perguntou, ainda, sobre o valor estimado de R\$ 250 mil para o orçamento participativo e Kléber disse que essa quantia é o saldo orçamentário já estimado no PPA 2022-2025.

O Vereador Gilson disse que na LDO/2025 não consta o demonstrativo das obras. Segundo Kléber, o sistema atual, GOV, não disponibiliza o quadro com descrição das obras, entretanto, o anexo físico foi encaminhado ao Legislativo.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O Vereador José Maria sugeriu incluir na peça orçamentária a aplicação de recursos nos distritos correspondente ao valor de sua arrecadação, cujo objetivo a execução orçamentária nos distritos. O Secretário João Gomes disse que a arrecadação dos distritos é menor que as despesas, sendo importante a participação popular e o representante local.

A senhora Maria da Glória precisou se ausentar e Gustavo Sartori tomou assento e em seguida, foi passada a palavra ao público.

Maria José Firmiano, representante do Conselho Municipal de Saúde, propôs para emendas parlamentares: a) Inciso XVII: sobre o aumento do quadro do funcionalismo público visando atender a demanda em diversas áreas, acrescentar a expressão “via concurso público” com objetivo de preservar o instituto da previdência b) informar qual a perspectiva de porcentagem de despesa com o servidor efetivo c) informar o detalhamento de despesa com os terceirizados d) no inciso XIX do Art. 3º: sugeriu incluir a pavimentação da estrada principal dos distritos; e) criar academias ao ar livre e aumentar o número de educador física nas Unidades de saúde e nas academias ao ar livre no XXII do Art. 3º; f) acrescentar incisos que preveem a revitalização da Praça São Francisco de Ubari; g) melhorar o atendimento do Posto de Saúde de Ubeba.

O advogado Jardel Peron sugeriu as seguintes modificações para emendas parlamentares: incisos no art. 3º promoção e investimento de cuidados de saúde mental para os servidores públicos municipais; implementação, investimento e custeio em Ponto de Cultura que desenvolva ações de saúde a mental baseada nas diretrizes da reforma psiquiátrica; capacitação de libras em pelo menos 10% dos servidores; investimento, ampliação e custeio de leitos e novos serviços no sistema hospitalar; investimento, ampliação e custeio das práticas desportivas e culturais da capoeira.

Jardel questionou os valores de R\$ 7 mil de despesa estimada para regularização e fiscalização e de R\$ 2 milhões para processo legislativo; o que são os Programas “Remediando com Qualidade”, “Retaguarda do SUS” e “Cuidando da Saúde com Carinho”. E, se houve erro material/formal ou no cálculo das especificações, do anexo do projeto, cujo resultado não corresponde à soma das especificações.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Por fim, frisou a importância da Lei de Diretrizes Orçamentária em resguardar o orçamento do município e sugeriu melhorar a discriminação orçamentária.

A Diretora do Hospital Santa Isabel, Rosângela Alfenas, perguntou se na LDO 2025 consta os recursos para o aumento de quantidade de pacientes atendidos e para o extrapolamento de teto.

O Sr. Antônio Ronaldo Dias, representante do bairro Oséas Maranhão, relatou o registro de Boletim de Ocorrência no corpo de bombeiros em 2020 e requerimento na secretaria municipal de obras em 2020 a respeito com problemas de alagamentos, mas ainda não obteve êxito. Por isso, cobrou a realização das obras.

Segundo Ricardo, a região do Ubeba não possui o mínimo de três mil pessoas para implantar uma UBS. Nesse sentido, em breve iniciará a reforma do antigo Posto de Saúde, que hoje se encontra em fase de início de licitação. A prioridade é que a equipe tenha um técnico de enfermagem para atender de segunda a sexta feira e um médico para atender em dias periódicos.

Ricardo fez algumas considerações sobre os trabalhos da secretaria: a cobertura de atenção primária chegou a 65% visando alcançar 95%, contratação de mais quinze agentes de saúde, iniciou o processo de regionalização de saúde, reformas de UBS, e as parcerias com os hospitais São Vicente de Paulo com repasse mensal de R\$ 192.600,00 mensal e Santa Isabel com repasse mensal de R\$ 450 mil.

Neste ano abrirá concurso público para as secretarias municipais de saúde, ambiente e planejamento; agentes comunitários de saúde, agentes de zoonoses e agentes de combate a endemias.

Quanto ao curso de libras, a secretaria está fazendo parceria com o Senai para iniciar, em setembro, o curso de capacitação dos servidores da saúde.

O Hospital São Vicente necessita de novos leitos para saúde mental. Trata-se de processo de credenciamento em que os leitos locais foram aprovados CIB Micro, CIB SUS e aguarda manifestação do Ministério da Saúde.

A respeito do pagamento da extrapolção do teto, não é possível ao município custear serviços acima do teto. Nos próximos quinze dias a prefeitura divulgará



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

o chamamento público dos hospitais, com recomendação da secretaria de saúde do Estado, Cosems e Ministério da Saúde, de firmar um único contrato com prestador de serviço, ou seja, o valor da subvenção não pode ser utilizado para outro contrato. **1.10**

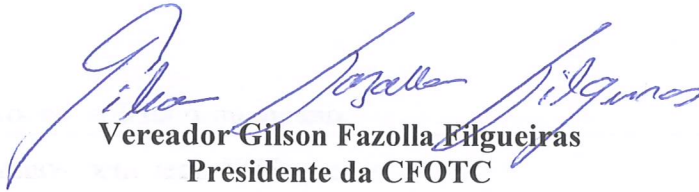
Respondendo ao sr. Antônio Dias, João Gomes, disse sobre a necessidade de investimentos em drenagem.

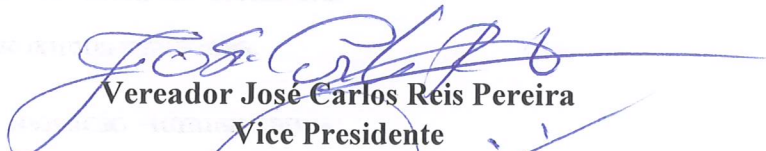
Segundo Kléber, os programas, indagados por Jardel, não são programas novos, pois constam no PPA 2022-2025.

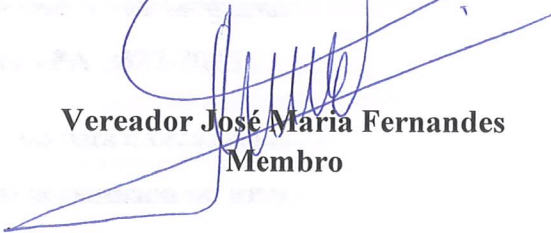
O Vereador José Carlos comentou sobre as informações no detalhamento com gasto público para 2025.

A senhora Jucileia fez suas considerações a respeito das obras realizadas na cidade.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião às 18h05m.


Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Presidente da CFOTC


Vereador José Carlos Reis Pereira
Vice Presidente


Vereador José Maria Fernandes
Membro

POR UM AMANHÃ MELHOR



PLANEJAMENTO

Audiência Pública

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025



Base Legal LC 101/00

CAPÍTULO IX

DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Seção I

Da Transparência da Gestão Fiscal

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Lei Orgânica Municipal

Art. 371 Até a entrada em vigor da lei complementar federal, o projeto do plano plurianual e o projeto de lei orçamentária serão encaminhados à Câmara até o dia 30 de setembro e devolvidos para sanção até o encerramento da sessão legislativa. (Redação do art. 371 dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º 001, de 03 de agosto de 1992)

Art. 144 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- o plano plurianual;
- as diretrizes orçamentárias;
- I – os orçamentos anuais.

§ 1º O plano plurianual compreenderá:

- diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;
- I – Investimentos de execução plurianual;
- II – gastos com a execução de programas de duração continuada.



PLANEJAMENTO

§ 2º As diretrizes orçamentárias compreenderão:

- I – as prioridades da Administração Pública Municipal, quer da Administração direta, quer da Administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;
- II – orientações para a elaboração da lei orçamentária anual;
- III – alterações na legislação tributária;
- IV – autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração; criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, inclusive as funções instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvada as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 146 Os orçamentos previstos no § 3º do art. 144 serão compatibilizados com o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, evidenciando os programas e políticas do Governo Municipal.

Art. 194 O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos: I – plano plurianual; II – lei de diretrizes orçamentárias; III – orçamento anual; IV – plano diretor; V – plano de governo.

ANEXOS E DEMONSTRATIVOS DA LDO 2025



DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
EXECUÇÕES JUDICIAIS	3.000.000,00	PROPOSIÇÃO DE AÇÕES DE REGRESSO CONTRA O ESTADO DE MINAS GERAIS E GOVERNO FEDERAL	3.000.000,00
SUBTOTAL	3.000.000,00	SUBTOTAL	3.000.000,00
TOTAL	3.000.000,00	TOTAL	3.000.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	583.449.103,82	564.264.123,62	0,055	123,623	600.952.576,93	564.264.123,61	0,056	123,623	618.981.154,24	564.264.123,61	0,057	123,623
Receitas Primárias (I)	566.643.969,04	548.011.575,47	0,053	120,062	583.643.288,11	548.011.575,47	0,054	120,062	601.152.586,75	548.011.575,47	0,056	120,062
Receitas Primárias Correntes	559.050.869,04	540.668.151,88	0,053	118,453	575.822.395,11	540.668.151,88	0,054	118,453	593.097.066,96	540.668.151,87	0,055	118,453
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	154.283.500,00	149.210.348,16	0,015	32,690	158.912.005,00	149.210.348,16	0,015	32,690	163.679.365,15	149.210.348,16	0,015	32,690
Transferências Correntes	372.224.469,04	359.984.979,73	0,035	78,868	383.391.203,11	359.984.979,73	0,036	78,868	394.892.939,20	359.984.979,73	0,037	78,868
Demais Receitas Primárias Correntes	32.542.900,00	31.472.823,98	0,003	6,895	33.519.187,00	31.472.823,98	0,003	6,895	34.524.762,00	31.472.823,98	0,003	6,895
Receitas Primárias de Capital	7.593.100,00	7.343.423,60	0,001	1,609	7.820.893,00	7.343.423,60	0,001	1,609	8.055.520,00	7.343.423,79	0,001	1,609
Despesa Total	583.449.103,82	564.264.123,62	0,055	123,623	600.952.576,93	564.264.123,61	0,056	123,623	618.981.154,24	564.264.123,61	0,057	123,623
Despesas Primárias (II)	563.810.525,35	545.271.301,11	0,053	119,462	580.724.841,11	545.271.301,11	0,054	119,462	598.146.586,00	545.271.300,80	0,055	119,462
Despesas Primárias Correntes	505.447.663,78	488.827.527,83	0,048	107,096	520.611.093,69	488.827.527,83	0,049	107,096	536.229.426,00	488.827.527,87	0,050	107,096
Pessoal e Encargos Sociais	196.767.914,54	190.297.789,69	0,019	41,692	202.670.951,97	190.297.789,68	0,019	41,692	208.751.080,00	190.297.789,20	0,019	41,692
Outras Despesas Correntes	308.679.749,24	298.529.738,14	0,029	65,404	317.940.141,72	298.529.738,15	0,030	65,404	327.478.345,00	298.529.737,76	0,030	65,404
Despesas Primárias de Capital	58.362.861,57	56.443.773,28	0,006	12,366	60.113.747,42	56.443.773,28	0,006	12,366	61.917.159,00	56.443.772,51	0,006	12,366
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (II) = (I - II)	2.833.443,69	2.740.274,36	0,000	0,600	2.918.447,00	2.740.274,36	0,000	0,600	3.006.000,75	2.740.274,67	0,000	0,600
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.500.000,00	8.220.502,90	0,001	1,801	8.800.000,00	8.262.755,63	0,001	1,810	9.300.000,00	8.477.893,57	0,001	1,857
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(31.500.000,00)	(30.464.216,63)	(0,003)	(6,674)	(30.200.000,00)	(28.356.275,00)	(0,003)	(6,212)	(30.500.000,00)	(27.803.844,52)	(0,003)	(6,091)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(500.000,00)	(483.558,99)	(0,000)	(0,106)	(1.300.000,00)	(1.220.634,35)	(0,000)	(0,267)	(300.000,00)	(273.480,44)	(0,000)	(0,060)
PARÂMETROS												
PIB Nominal	2025 ###	2026 ###	2027 ###									
Receita Corrente Líquida - RCL	471.958.268,33	486.117.016,00	500.700.526,00									

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (URF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	419.131.293,81	0,041	119,764	337.617.008,85	0,038	119,764	(81.514.284,96)	-19,45
Receitas Primárias (I)	367.149.521,69	0,036	104,911	337.617.008,85	0,038	104,911	(29.532.512,84)	-8,04
Receitas Primárias Correntes	355.923.390,47	0,035	101,703	326.261.787,63	0,032	101,703	(29.661.602,84)	-8,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	75.871.124,27	0,007	21,680	75.871.124,27	0,007	21,680	-	0
Transferências Correntes	246.784.640,79	0,024	70,517	246.561.460,79	0,024	70,517	(223.180,00)	-0,09
Demais Receitas Primárias Correntes	33.267.624,41	0,003	9,506	3.655.231,97	0,000	9,506	(29.612.392,44)	-89,01
Receitas Primárias de Capital	11.226.131,22	0,001	3,208	11.355.221,22	0,001	3,208	129.090,00	1,15
Despesa Total	369.047.407,44	0,036	105,453	378.188.138,79	0,037	105,453	9.140.731,35	2,48
Despesas Primárias (II)	365.077.778,51	0,036	104,319	378.188.138,79	0,037	104,319	13.110.360,28	3,59
Despesas Primárias Correntes	329.874.813,24	0,032	94,260	289.656.650,57	0,028	94,260	(40.218.162,67)	-12,19
Pessoal e Encargos Sociais	147.030.630,23	0,014	42,013	132.627.517,21	0,013	42,013	(14.403.113,02)	-9,8
Outras Despesas Correntes	182.844.183,01	0,018	52,247	157.029.133,36	0,015	52,247	(25.815.049,65)	-14,12
Despesas Primárias de Capital	35.202.965,27	0,003	10,059	31.259.348,87	0,003	10,059	(3.943.616,40)	-11,2
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	1.397.095,49	0,000	-	1.397.095,49	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I) - (II)	2.071.743,18	0,000	0,592	(40.571.129,94)	(0,004)	0,592	(42.642.873,12)	-2058,31
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.187.242,92	0,001	2,339	6.000.000,00	0,001	2,339	(2.187.242,92)	-26,72
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(132.871.769,66)	(0,013)	(37,967)	(135.059.012,61)	(0,013)	(37,967)	(2.187.242,92)	1,65
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(11.428.975,99)	(0,001)	(3,266)	(7.721.094,82)	(0,001)	(3,266)	3.707.881,17	-32,44

Parâmetros	Valor Previsto 2023	Valor Realizado 2023
PIB Nominal	1.028.000.000.000,00	###
Receita Corrente Líquida - RCL	349.963.060,59	349.963.060,59

ANÁLISE BASEADA NOS DADOS CONSOLIDADOS

Receita Total - São todas as receitas correntes e de Capital.

Análise: A Receita Total efetivamente arrecadada em 2023 foi no montante de R\$ 434.371.291,85, o que equivale a 94,32% da receita total prevista, que fora estimada no valor de R\$460.947.977,39.

Receitas Primárias ou Não Financeiras - São aquelas decorrentes da atividade fiscal do governo. Exemplos: São as receitas tributárias, de transferências recebidas de outros entes públicos.

A receita primária, faz-se a dedução das receitas financeiras, ou seja aquela de aplicações financeiras, de alienações de ativos e ainda de Operações de Créditos.

Análise: A Receita Primária efetivamente arrecadada em 2023 foi no montante de R\$337.617.008,85, o que equivale a 91,96% da receita primária prevista no valor de R\$367.149.521,69.

Despesa Total - São todas as despesas Correntes e de Capital.

Análise: A Despesa Total efetivamente realizada em 2023 foi no montante de R\$378.104.762,76, o que equivale a 12,03% da despesa total prevista, que fora estimada no valor de R\$460.947.977,39.

Resultado Primário: É a diferença entre receitas primária e despesas primárias, delas excluídos os juros, receitas financeiras (aplicações), receita de privatizações, encargos e o principal da dívida pública (pagos e recebidos). Indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Análise: O Resultado Primário de 2023 apresentou um câmputo de (-) R\$ 40.571.129,94, considerando os restos a pagar inscritos no final de 2023.

Memória de Cálculo:

Estimativa da receita, considerando o momento econômico, projetada um crescimento de correção inflacionária e/ou inscrição de novas receitas, respectivamente para os anos de 2025, 2026 e 2027.

Previsão da despesa, considerando o comportamento da execução orçamentária em 2023, aplicando a correção de acordo com as variações do mercado (momento econômico), para os exercícios seguintes.

O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

RESULTADO NOMINAL

Esta análise é baseada em dados consolidados do Município:

O Objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida em um determinado período e representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida de um exercício financeiro em relação ao período anterior.

A Dívida Fiscal Líquida do Município, corresponde ao saldo da Dívida Consolidada Líquida somado às receitas de Alienação, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

Os resultados nominais esperados para 2025 a 2027 resultam das estimativas de receitas e de despesas indicadas nos itens anteriores, bem como da projeção da dívida consolidada líquida.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de 2023 em relação ao apurado em 31 de dezembro 2022.

RESULTADO NOMINAL

Análise: O Resultado Nominal de 2023 apresentou uma diminuição da dívida fiscal líquida, com um cômputo de (-) R\$ 7.721.094,82, enquanto na LDO do mesmo exercício foi previsto o valor de (-) R\$(11.428.975,99.

Ele é negativo porque subtrai-se do valor da dívida, as disponibilidade de Caixa, o que sempre é maior que as dívidas.

Desta forma o Resultado Nominal é favorável, tendo em vista que o valor de disponibilidade de caixa supera o valor de dívidas.

RESULTADO NOMINAL

Dívida Pública Consolidada corresponde ao montante total apurado:

Das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;

Das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, ou que, embora de prazo inferior a doze meses, constaram como receitas no orçamento;

Dos precatórios judiciais emitidos a partir de 05 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Análise: Para se chegar à Dívida Consolidada Líquida, é preciso deduzir o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Ativos financeiros de todos as entidades municipais, o que se fez chegar ao Resultado da Dívida Consolidada Líquida -) R\$ 135.059.012,61.

Não há Riscos Fiscais para o Município de Ubã



UBÃ
PREFEITURA

PLANEJAMENTO

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO		VALORES A PREÇOS CORRENTES												R\$ 1,00									
		2022		2023		%		2024		%		2025		%		2026		%		2027		%	
Receita Total		428.634.584,74		419.131.293,81		-2,22		532.152.087,07		26,97		583.449.103,82		9,64		600.952.576,93		3		618.981.154,24		3	
Receitas Primárias (I)		347.461.050,99		367.149.521,69		5,67		501.271.257,53		36,53		566.643.969,04		13,04		583.643.288,11		3		601.152.586,75		3	
Receitas Primárias Correntes		305.320.407,80		355.923.390,47		16,57		493.678.157,53		38,7		559.050.869,04		13,24		575.822.395,11		3		593.097.066,96		3	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		61.706.581,28		75.871.124,27		22,95		147.883.500,00		94,91		154.283.500,00		4,33		158.912.005,00		3		163.679.365,15		3	
Transferências Correntes		233.073.674,70		246.784.640,79		5,88		291.523.757,53		18,13		372.224.469,04		27,68		383.391.203,11		3		394.892.939,20		3	
Demais Receitas Primárias Correntes		10.540.149,80		33.267.624,41		215,63		54.270.900,00		63,13		32.542.000,00		-40,04		33.519.187,00		3		34.524.762,00		3	
Receitas Primárias de Capital		42.140.643,19		11.226.131,22		-73,36		7.593.100,00		32,36		7.593.100,00		0		7.820.893,00		3		8.055.520,00		3	
Despesa Total		303.376.117,14		369.047.407,44		21,65		499.234.976,70		32,28		583.449.103,82		16,87		600.952.576,93		3		618.981.154,24		3	
Despesas Primárias(II)		301.562.216,64		365.077.778,54		21,06		492.379.531,87		34,87		583.410.525,35		14,51		580.724.841,11		3		598.146.586,00		3	
Despesas Primárias Correntes		280.998.982,85		329.874.813,24		17,39		453.716.559,47		32,09		505.447.663,78		16		520.611.093,69		3		536.229.426,00		3	
Pessoal e Encargos Sociais		114.812.526,93		147.030.630,23		28,06		191.036.810,23		29,93		196.767.914,54		3		202.670.951,97		3		208.751.080,00		3	
Outras Despesas Correntes		157.970.978,20		182.844.183,01		15,75		244.679.749,24		33,82		308.679.749,24		26,16		317.940.141,72		3		327.478.345,00		3	
Despesas Primárias de Capital		20.563.233,79		35.202.965,27		71,19		56.662.972,40		60,96		58.362.861,57		3		60.113.747,42		3		61.917.159,00		3	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias		45.898.834,35		2.071.743,18		-95,49		8.891.725,66		329,19		2.833.443,69		-68,13		2.918.447,00		3		3.006.000,75		3	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III)		2.884.730,68		8.187.242,92		183,81		6.800.000,00		-16,94		8.500.000,00		25		8.800.000,00		3		9.300.000,00		5,68	
Dívida Pública Consolidada (DCL)		(121.442.793,70)		(132.871.769,69)		9,41		(32.000.000,00)		-75,92		(31.500.000,00)		-1,56		(30.200.000,00)		3		(30.500.000,00)		0,99	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha		###		(11.428.975,99)		-99,99		(100.871.769,69)		782,6		(500.000,00)		-99,5		(1.300.000,00)		3		(300.000,00)		-76,92	
ESPECIFICAÇÃO		VALORES A PREÇOS CONSTANTES																					
		2022		2023		%		2024		%		2025		%		2026		%		2027		%	
Receita Total		466.285.846,66		435.896.545,56		-6,52		532.152.087,07		22,08		564.264.123,62		6,03		564.264.123,61		0		564.264.123,61		0	
Receitas Primárias (I)		377.982.029,71		381.835.502,56		1,02		501.271.257,53		31,28		548.011.575,47		9,32		548.011.575,47		0		548.011.575,47		0	
Receitas Primárias Correntes		332.139.752,42		370.160.326,09		11,45		493.678.157,53		33,37		540.668.151,88		9,52		540.668.151,88		0		540.668.151,87		0	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		67.126.887,38		78.905.969,24		17,55		147.883.500,00		87,42		149.210.348,16		0,9		149.210.348,16		0		149.210.348,16		0	
Transferências Correntes		253.546.868,48		256.656.026,42		1,23		291.523.757,53		13,59		359.984.979,73		23,48		359.984.979,73		0		359.984.979,73		0	
Demais Receitas Primárias Correntes		11.465.996,56		34.598.329,39		201,75		54.270.900,00		56,86		31.472.823,98		-42,01		31.472.823,98		0		31.472.823,98		0	
Receitas Primárias de Capital		45.842.277,29		11.675.176,47		-74,53		7.593.100,00		34,96		7.343.423,62		-3,29		7.343.423,79		0		7.343.423,61		0	
Despesa Total		330.024.675,27		383.809.303,74		16,3		499.234.976,70		30,07		564.264.123,62		13,03		564.264.123,61		0		564.264.123,61		0	
Despesas Primárias(II)		328.051.441,75		379.680.889,65		15,74		492.379.531,87		29,68		545.271.301,11		10,74		545.271.301,11		0		545.271.300,80		0	
Despesas Primárias Correntes		305.681.933,50		343.069.805,77		12,23		435.716.559,47		27,01		488.827.527,83		12,19		488.827.527,83		0		488.827.527,37		0	
Pessoal e Encargos Sociais		124.897.659,30		152.911.855,44		22,43		191.036.810,23		24,93		190.297.789,69		-0,39		190.297.789,68		0		190.297.789,20		0	
Outras Despesas Correntes		171.847.148,93		190.157.950,33		10,66		244.679.749,24		28,67		298.529.738,14		22,01		298.529.738,15		0		298.529.737,26		0	
Despesas Primárias de Capital		22.369.508,25		36.611.083,88		63,67		56.662.972,40		54,77		56.443.773,28		-0,39		56.443.773,28		0		56.443.772,51		0	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias		49.930.587,96		2.154.612,91		-95,68		8.891.725,66		312,68		2.740.274,36		-69,18		2.740.274,36		0		2.740.274,67		0	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III)		3.138.125,42		8.514.732,64		171,33		6.800.000,00		-20,14		8.220.502,90		20,89		8.262.755,63		0,51		8.477.893,57		2,6	
Dívida Pública Consolidada (DCL)		(132.110.328,70)		(138.186.640,48)		4,6		(32.000.000,00)		-76,84		(30.464.216,63)		-4,8		(28.356.275,00)		-6,92		(27.803.844,52)		-1,95	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha		###		(11.886.135,03)		-99,99		(100.871.769,69)		748,65		(483.558,99)		-99,52		(1.220.634,35)		152,43		(273.480,44)		-77,6	

RECEITA ESTIMADA PARA 2025

Especificação	Receitas Previstas		
	2025		Total
	Direta	Indireta	
Receitas Correntes			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes		
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		
Receitas de Capital			
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital		
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		
Total de Receitas	547.149.103,82	74.786.200,00	621.935.303,82
Deduções da receita			
FUNDEB			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes		
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		
Total das Deduções	38.191.200,00	-	38.191.200,00
Total Líquido das Receitas	508.957.903,82	74.786.200,00	583.744.103,82
Total Geral	583.744.103,82		583.744.103,82

DESPESAS ESTIMADAS PARA 2025

PROGRAMA	VALOR (R\$)
ENCARGOS ESPECIAIS	50.679.728,86
APOIO ADMINISTRATIVO	65.011.980,59
MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	860.100,00
CONTROLE DE TRIBUTACAO FISCALIZ.E ADMINIST. DE RECEITA	718.000,00
QUALIFICACAO E CAPACITACAO PROFISSIONAL	11.000,00
SEGURANCA E PROTECAO PUBLICA PARA OS UBAENSES	10.657.240,39
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	161.500,00
TRANSPARENCIA, CONTROLE SOCIAL E PARTICIP. POPULAR	1.172.400,00
CONSERVACAO DE VIAS URBANAS E ESTRADAS VICINAIS	1.250.000,00
INFRAESTRUTURA URBANA	23.042.180,99
ORCAMENTO PARTICIPATIVO	250.000,00
GESTAO E INOVACAO ADMINISTRATIVA	14.909.775,49
PARTICIPACAO E CONTROLE SOCIAL	6.745.100,00
INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS UBAENSES	26.977.908,40

DESPESAS ESTIMADAS PARA 2025

PROGRAMA	VALOR (R\$)
PROMOVER A CULTURA, ESPORTE E LAZER	7.835.099,00
JUVENTUDE VIVA	48.300,00
AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTAVEL	1.191.200,10
REESTRUTURACAO URBANA E AMBIENTE SAUDAVEL	35.334.068,56
ILUMINUBA	7.607.499,00
RECUPERACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	1.748.000,00
PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	66.500,00
REMEDIANDO COM QUALIDADE	3.526.000,00
CUIDANDO DA SAUDE COM CARINHO	41.197.453,00
RETAGUARDA DO SUS	89.060.020,43
VIGILANCIA MUNICIPAL EM SAUDE	6.187.226,00
GESTAO, MODERNIZACAO E INOVACAO TECNOLOGICA	824.980,00
GESTAO E INOVACAO PEDAGOGICA	134.671.573,00
GESTAO E MODERNIZACAO DE EQUIPAMENTOS	10.340.830,00

DESPESAS ESTIMADAS PARA 2025

PROGRAMA	VALOR (R\$)
GESTAO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR	13.379.040,00
GESTAO PESSOAS, CAPACITACAO E FORMACAO CONTINUADA	3.766.000,00
TRANSITO E MOBILIDADE	1.144.500,00
REGULARIZACAO E FISCALIZACAO UBAENSE	7.000,00
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	855.000,00
PROCESSO LEGISLATIVO	2.091.900,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	20.450.000,01
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA OS PROGRAMAS	583.744.103,82

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Conforme declaração encaminhada com o presente PL, não há, neste momento para a LDO 2025, estimativa de renúncia de receita.



PLANEJAMENTO

EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital		-	-	-	-	-	-
Reservas		-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado		527.869.010,38	100,00	297.504.247,46	100,00	236.855.415,53	100,00
TOTAL		527.869.010,38	100,00	297.504.247,46	100,00	236.855.415,53	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio		-	-	-	-	-	-
Reservas		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		206.236.893,91	100,00	171.684.650,35	100,00	156.561.207,53	100,00
TOTAL		206.236.893,91	100,00	171.684.650,35	100,00	156.561.207,53	100,00

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	145.234,31	150.734,33	113.104,19
Alienação de Bens Imóveis	129.090,00	131.620,00	110.050,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	16.144,31	19.114,33	3.054,19
DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	121.331,20	135.483,00	101.239,80
Investimentos	121.331,20	135.483,00	101.239,80
Imversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2023 (g)=(Ia-IId)+IIIh)	2022 (h)=(IIb-IIe)+ IIIi)	2021 (I)=(Ic-If)
VALOR (III)	51.018,83	27.115,72	11.864,39

AMF - Demonstrativo 5 (LRF art.1º §2º, inciso IV, alínea "a")

RECETAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

R\$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECETAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023	
RECETAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados	69.437.905,39	77.928.190,37	98.414.145,67	
Ativo	13.671.327,61	20.087.195,27	20.310.687,73	
Inativo	9.943.292,77	13.133.717,16	14.582.287,04	
Pensionista	3.728.034,84	6.953.478,11	5.728.400,69	
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	
Ativo	18.588.859,26	19.280.331,70	15.239.998,04	
Inativo	18.588.859,26	19.280.331,70	15.239.998,04	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	37.177.718,52	38.560.663,40	62.863.459,90	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	18.588.859,26	19.280.331,70	31.431.729,95	
Outras Receitas Patrimoniais	18.588.859,26	19.280.331,70	31.431.729,95	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)*	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	
RECETAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECETAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	69.437.905,39	77.928.190,37	98.414.145,67	

RECEITAS, DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

DESPESA S PREVIDENCIÁRIA S - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)				2021	2022	2023
Benefícios						
Aposentadorias				22.724.215,21	25.084.397,08	28.957.519,68
Pensões por Morte				21.071.246,85	23.160.929,56	26.720.498,49
Outras Despesas Previdenciárias				1.662.968,36	1.923.457,52	2.247.050,19
Compensação Financeira entre os Regimes				777.263,36	554.060,78	676.658,61
Demais Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00
TOTAL DA S DESPESA S DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI)				25.501.488,57	25.638.457,86	29.844.178,29
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VII) = (IV - VI)²				45.898.406,82	52.289.752,51	68.589.967,38
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				2021	2022	2023
VALOR				0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				2021	2022	2023
VALOR				20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS				2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS				20.067.000,00	21.175.000,00	22.300.000,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)				2021	2022	2023
Cassa e Equivalentes de Caixa				0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações				217.233.992,42	232.680.265,57	239.840.898,57
Outros Bens e Direitos				131.611,83	138.538,77	145.830,28

Obrigado,

Kleber de Almeida Peppe

Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável



PLANEJAMENTO